



I Representação Parlamentar I



Interpeção ao Governo

Intervenção | Julho 2014

Deputado Paulo Mendes

Neste plenário assinalamos o encerramento da segunda sessão legislativa da atual legislatura. Estamos pois, no meio do mandato do atual Governo Regional, momento oportuno para uma avaliação da situação da Região e das condições de vida dos açorianos e açorianas.

Uma avaliação tão oportuna que é o próprio Governo Regional a apresentar uma profunda remodelação do elenco governativo. Quatro novos Secretários. Mais de metade do Governo Regional foi remodelado. É o sintoma claro que até no balanço interno do Governo Regional, as coisas não estão a correr bem.

Os números são sintomáticos da política errada que a maioria absoluta do PS impõe aos açorianos e açorianas: 18% desemprego, mais de 22.000 desempregados e desempregadas, demonstram que este Governo Regional não tem a coragem e a audácia de fazer diferente.

É verdade que não podemos isolar os Açores do restante país e, já agora da Europa, e que o PSD e o CDS têm assumido uma política a favor da banca e daqueles que agem como donos do nosso país contra os trabalhadores e a economia, com consequências desastrosas para a nossa Região. Mas também é verdade que considerando as nossas prerrogativas autonómicas, podíamos e devíamos fazer diferente. Por outras palavras, temos todas as condições para exercer uma política que minimize os efeitos daquilo que é considerada uma tragédia nacional, protagonizada pelo Governo da República PSD/CDS. Não basta celebrar a Autonomia é urgente exercê-la. E exercê-la contra a austeridade!

Ter coragem e audácia para fazer diferente não é anunciar, com grande espalhafato, programas para o crescimento da economia, de combate ao desemprego e substituir a ousadia pelas designações pomposas que reclamam uma via açoriana para o desenvolvimento, quando ao fim de dois anos se constata um aumento do desemprego, em vez do crescimento da economia.

Sem coragem, audácia e ousadia só se poderá construir uma via açoriana para o desastre, que dezenas de milhares de açorianos e açorianas vivem e sofrem na pele. Perante esta dura realidade, não há campanha de propaganda que contrarie o falhanço da política do PS e do seu Governo.

Desafiámos, desde cedo, o Governo Regional a enveredar por uma política para as pessoas que privilegiasse o emprego e a economia. Para isso, propusemos medidas de incentivo ao forte investimento na reabilitação urbana, quer pública, quer privada, mas neste caso, como não poderia deixar de ser, por força de hábito ou por força das circunstâncias e dos interesses instalados, o Governo Regional acabou por desvirtuar a nossa proposta, tornando-a inócua ou para ricos.



I Representação Parlamentar I



Fomos mais além, e desafiámos o Governo Regional e o PS a rasgar com as opções políticas que tem vindo a contribuir para o definhamento do consumo interno e aumento do desemprego, ao abandonar uma economia baseada em salários baixos e o reduzido poder de compra, para optar pelo aumento do salário mínimo na Região e o aumento, em 15 euros, das pensões de reforma abaixo do salário mínimo. Infelizmente, optaram por se esconder atrás do Governo da República para justificar o medo de fazer diferente.

No primeiro trimestre de 2014, o microscópico crescimento homólogo da economia nacional, como acentuou o relatório do Banco de Portugal, deveu-se ao incremento do mercado interno, decorrente das restituições dos direitos dos trabalhadores, graças à ação do Tribunal Constitucional. Todavia, o Governo Regional, que tanto apregoa a necessidade de reanimação do mercado interno, mesmo que dotado das prerrogativas autonómicas, é parco na iniciativa. É certo que protegeu parte dos salários dos trabalhadores do setor público, mas ao não ser consequente com esta política, mostrou que o real motivo não era a economia e o desemprego, mas sim a lógica eleitoral.

Mas, mais uma vez, o Governo Regional privilegiou a propaganda, em vez da ação, ao assumir-se, publicamente, como paladino da luta contra a austeridade da República, ao proteger os salários e antecipando-se ao Tribunal Constitucional. Todavia, mais cedo do que tarde, concluímos que, afinal, parte significativa daquilo que seria uma compensação pelos cortes salariais da responsabilidade do Governo da República, não foi mais do que um logro, devido à dedução das horas extraordinárias na remuneração complementar. De paladino contra a austeridade passou a vendedor da banha da cobra.

Este é um Governo de propaganda, suportado por uma maioria absoluta do PS. Acusa o Governo da República e exorta-o, e bem, a aumentar o salário mínimo, mas encolhe-se quando é desafiado a aumentá-lo nos Açores. Defende a escola pública e critica o cheque-ensino, defendido pelo PSD e CDS. Por outro lado, na prática, possibilita, nos Açores, uma espécie de cheque-ensino.

Se o desemprego é a chaga mais dolorosa, a pobreza estrutural não é menos preocupante, mesmo para aqueles que trabalham, tendo em conta os níveis salariais praticados na Região. Por isso, é indecente este jogo político com o salário mínimo.

Mas, na Região, sempre foi possível trabalhar e ter rendimentos ainda inferiores ao salário mínimo, pois no setor das pescas, para muitos trabalhadores, o salário mínimo é um autêntico luxo e, por incrível que possa parecer, em pleno século XXI, na Europa, e apesar do Governo Regional apelar à necessidade de se valorizar o pescado para aumentar o rendimento dos pescadores, nada de concreto é feito e continuamos a permitir, o quinhão, uma autêntica prática medieval, como forma de retribuição pelo trabalho.

Na saúde, as listas de espera para especialidades e cirurgias aumentou, afastando ainda mais os açorianos dos cuidados de saúde. Neste setor, é clara a política de duas caras do Governo Regional. Por um lado, defende políticas de proximidade dos serviços públicos, em oposição ao Governo da República, como no caso do encerramento dos vários serviços de Finanças, por outro lado, encerra as urgências noturnas no Nordeste, Vila Franca do Campo e Ribeira Grande.



I Representação Parlamentar I

O modelo de organização dos cuidados de saúde mental continua ancorado, naquilo que é essencial, aos mesmos moldes da década de 20 do século passado, mesmo que com alguma evolução registada na década de 60 e um plano de saúde mental que caducou há 2 anos.

Perante o triste acidente que vitimou uma pessoa em São Jorge, o Governo Regional, no imediato, anunciou a abertura de um inquérito. Concordamos com tal iniciativa, mas estranhamos que a constituição da Comissão de inquérito não tenha ainda sido tornada pública, assim como o prazo para a sua conclusão.

Desconhecemos se o 'caderno de encargos' desta comissão está para além da averiguação da situação concreta e se estão previstas medidas que salvaguardem e tranquilizem as populações. Não queremos acreditar que as palavras do Sr. Presidente tenham sido, na altura, um mero expediente.

Na Educação, enquanto, no discurso, defende a escola pública, vai desbaratando dinheiro, que retira da escola pública para suportar rendas para colégios privados. Encerra as poucas creches públicas existentes, maltrata os professores contratados com concursos «faz de conta», alinha na lógica das mega-escolas e encerra escolas nas freguesias. Mais uma vez, a prática não se coaduna com o discurso. Neste caminho e com estas políticas, o atraso dos índices educacionais herdados do passado, não são só colmatados como são também perpetuados.

As políticas sociais são, para o Governo Regional e o PS, substituídas pela esmola que se entrega a IPSS e Misericórdias para lidarem com a pobreza que continua a ser perspetivada como uma inevitabilidade e não como um sintoma do fracasso da Região como responsável pela distribuição da riqueza. Não é, por isso de estranhar que a pobreza incomode, pois é o reflexo do Governo e do PS quando se olha ao espelho.

Os serviços de apoio social à população são, igualmente, delegados, segundo um modelo que adjudica esses serviços a IPSS e Misericórdias, que desconsidera o financiamento necessário para assegurar salários e direitos laborais aos trabalhadores destas instituições, pois parte do princípio que a ação social deve ser exercida por trabalho voluntário, sem direitos e sem estabilidade.

O Governo Regional não tem sequer coragem para assumir a responsabilidade pelo desinvestimento nas políticas sociais, para despedir e precarizar os trabalhadores das IPSS e Misericórdias, pelo que se prepara para entregar a 'batata quente' às direções, constituídas por voluntários e voluntárias, destas instituições, lavando as mãos de um processo com finais trágicos.

Numa Região com uma tão elevada taxa de desemprego, com um salário médio reduzido e onde, à semelhança do restante país, trabalhar não garante a obtenção de rendimentos acima do limiar da pobreza, o Governo Regional, suportado pelo PS, que se arroga defensor da Constituição, ataca um dos direitos constitucionais fundamentais, o direito à habitação, ao assumir uma proposta de alteração ao sistema de apoio social ao arrendamento, a qual procura poupar dinheiro à custa dos setores da população jovem e mais necessitada, o que



I Representação Parlamentar I



contribuirá para o contínuo aumento da desertificação dos centros urbanos, sob o falso pretexto de tal alteração obrigar a baixar os custos do mercado do arrendamento.

Na política ambiental, este Governo Regional apoia, em sintonia com o PSD e o CDS, o financiamento comunitário para violar normas comunitárias. Uma intenção que ficará para o capítulo das alarvidades da História da nossa Região. Refiro-me ao processo para a construção das Mega incineradoras da Terceira e de São Miguel, que colocarão em causa o cumprimento das metas da reciclagem até 2020 e contribuirão para o que será um retrocesso na política ambiental da Região, com os consequentes custos para o ambiente, saúde pública e contrária ao slogan 'Açores, natureza viva'.

Após anos e anos de pré-anúncios para a divulgação do famigerado 'Plano Integrado de Transportes', eis que o temos, finalmente. O tempo de espera, os debates em seu torno e as expectativas criadas saíram goradas. Temos um plano minimalista. Ou melhor, um plano de intenções que nem integra os transportes coletivos terrestres, pelo menos numa etapa inicial, a qual nem sabemos que duração terá, pois este plano nem tem um cronograma de execução.

Um plano integrado de transportes que nem lança pistas sobre estratégias de otimização dos transportes aéreos e marítimos quer de passageiros, quer de mercadorias. Enquanto isso, o preço das viagens continua a ser um luxo, nas ligações inter-ilhas e nas ligações com o continente.

Na SATA reina o desnorte e nos transportes marítimos, o Governo Regional continua sem fundamentar, do ponto de vista económico, financeiro e das necessidades de mercado, a opção por dois navios de grande porte, em vez de um. Esta ausência de fundamentação não é de somenos importância, pois poderá acarretar um custo acrescido de mais de 40 milhões de euros, sem considerar futuras derrapagens. Não estará na altura de termos um esclarecimento cabal?

O balanço destes dois anos, só pode ser negativo. Os açorianos e açorianas não têm de estar condenados entre o PSD/CDS e a sua imitação, mais branda, isto é o PS.

Na gestão de dinheiros públicos, falta rigor e transparência, a prová-lo estão as constantes derrapagens nas obras públicas que têm custado centenas de milhões de euros, ao longo dos anos, aos açorianos e açorianas. O Bloco de Esquerda tem tentado estancar este autêntico buraco na carteira de todos nós, mas para o PS convém mantê-lo. Porquê e para quê? É a questão que se impõe. E quem ganha com esta situação? Mas a falta de transparência não se fica por aqui e estende-se à política de incentivos que premeia autênticos negócios para «amigos», como aquele que permitiu a instalação do colégio do Castanheiro e a radioterapia. Mas esta prática, estende-se a outros setores, como a energia.

O caso da Companhia Açoriana de Energias Renováveis Lda, é exemplo disso. Em Março de 2011, numa conversa em Lisboa, com membros do Governo Regional, surgiu a oportunidade de negócio. Em 7 de outubro de 2011 inicia-se a atividade da empresa, em junho de 2012, o Governo Regional atribuiu, pelo menos 3 milhões e 700 mil euros a fundo perdido.



I Representação Parlamentar I



Rapidez e eficiência quanto baste. Rapidez e eficiência para uma empresa que vai montar um parque eólico para vender energia à EDA.

Por mais voltas que se dê, é muito difícil não chamar a isto um negócio para «amigos».

Na mesma linha, temos a Strongsurvival que apresentou um projeto para a instalação de painéis solares em edifícios de organismos públicos, com direito a listagem garantida e à obtenção de estatuto de Projeto de Interesse Regional, pelo cumprimento de vários critérios, entre os quais e o decisivo, a criação de emprego, mesmo que, na realidade, tivessem a intenção de criar somente 5 postos de trabalho. Ainda bem, ou melhor, por força de cláusula contratual, esse estatuto foi revogado, por não terem cumprido o prazo para o início da implementação do projeto. Contudo, nada nos garante que não será, entretanto, renovado.

Se o PSD, no seu anterior ciclo de poder na Região, perpetuou e criou uma clientela política, o PS, tal como nas políticas exercidas, imita e reforça.

O liberalismo selvagem vai conquistando o mundo, ao serviço do setor financeiro e dos grandes oligopólios e vai derrubando as últimas reservas protecionistas, às quais se agarram os pequenos produtores para sobreviverem.

Os interesses dos grandes grupos estão prestes a conseguir derrubar as quotas leiteiras e o POSEI é posto em causa, assim como o estatuto de ultraperiferia.

A defesa do POSEI, das quotas leiteiras e até de outras medidas futuras que possam atenuar o impacto do seu fim têm colhido a unanimidade da opinião política. Mas como se compatibiliza esse apoio com os elogios que são feitos, por parte do PS, PSD e CDS ao Acordo de comércio livre entre a Europa e os Estados Unidos da América?

Como poderemos levar a sério um Governo Regional que, simultaneamente, defende o POSEI, as quotas leiteiras e o Acordo Transatlântico como uma excelente medida, tão somente porque os Açores, em termos geográficos, ocupa uma posição central, naquele que será o negócio que deparará os pequenos produtores, o ambiente e os trabalhadores? Como poderemos levar a sério o PSD e o CDS na sua luta em prol dos produtores açorianos, se consideram que este Acordo será uma oportunidade para os Açores, em vez de uma das maiores ameaças de sempre?

A falta de estratégia aliada à falta de coragem e ousadia são as únicas explicações para que o PS não passe à ação concreta e transforme os valores estratégicos dos Açores numa mais valia para os açorianos e açorianas. Assim, e em alternativa ao modelo de estagnação, baseado em baixos salários, precarização e investimento pouco significativo, para além da construção de mega-escolas, senão mesmo desinvestimento na educação e investigação científica, importaria valorizar o mar e a nossa posição geogestratégica. Apresentámos, reiteradamente, propostas nesse sentido que permitiriam alavancar, a médio prazo, qualitativamente e quantitativamente a economia da Região.

O futuro da Universidade dos Açores está intimamente ligado à tripolaridade que, por sua vez, se associa ao objetivo da coesão da nossa Região, não só territorial, mas também social.



I Representação Parlamentar I



Portanto, quando no campus de Angra do Heroísmo, se optou por 'afogar' o curso de Educação Básica e, agora, se prepara a descontinuação do curso de Gestão, apesar do seu sucesso, suportado numa equipa de docentes de qualidade e com uma procura assinalável estamos a contrariar a tripolaridade.

Até é compreensível, se considerarmos que o poder instituído na Região, sempre teve uma visão muito limitada do aproveitamento do potencial dos Açores e receio de mudar do paradigma da estagnação e atraso para o paradigma do desenvolvimento, tendo o mar e a nossa posição geoestratégica como pedras angulares. Só a ausência de ideias explica o voto contra, no Parlamento Europeu, do PS, PSD e CDS relativamente à proposta do Bloco de Esquerda para dotar a Região de um Centro de Investigação do Mar.

Não compreendemos como pode o Governo Regional reclamar, para si, o mérito de valorizar a investigação científica e o nosso mar, quando tivemos, na semana passada, a noticia da dispensa de um dos investigadores responsáveis, por um Estudo internacional em ciências do Mar, do Departamento de Oceanografia e Pescas, vítima dos cortes no investimento em investigação científica.

Para o PS, PSD e CDS sempre foi mais fácil manter a Região na sombra e sob domínio dos interesses belicistas norte-americanos. E se no passado, tal subserviência teria como contrapartidas, uma renda, com peso significativo no orçamento da Região e postos de trabalho (diretos e indiretos), atualmente destrói emprego, coloca os Açores no mapa dos conflitos mundiais, inclusive no apoio a conflitos ilegais, à luz do Direito Internacional e impede, mesmo com uma presença belicista 'adormecida', investimentos civis que poderiam criar emprego.

Neste balanço, a meio da legislatura e do mandato do atual Governo Regional, temos pois uma situação social agravada, fruto da adesão do PS às políticas troikistas. Como sempre dissemos, o troikismo «fofinho» do PS não era uma barreira de resistência e combate ao desastre das políticas do PSD e CDS na República, eram antes a sua continuação, menos feroz, mas conducente aos mesmos resultados desastrosos.

Reafirmamos que ninguém deve estar condenado a escolher entre troikismo e troikismo «fofinho». Há outro caminho. O caminho da resistência, que tem o seu reduto na Constituição e na Autonomia.

Temos ainda, um Governo Regional apoiado numa maioria absoluta, onde a cada dia que passa a arrogância e a prepotência são valores que trazem a penumbra à democracia, assente numa governação sem estratégia e que faz política casuística e sem fio condutor, com resultados nefastos para a Região e para o seu futuro.

A coesão serviu de mote à celebração do dia da Região, mas nunca será uma realidade, sem um Governo Regional com a determinação para resgatar os açorianos e açorianas da estagnação e de uns quantos interesses para os entregar ao desenvolvimento e à coesão social. Para cumprir tal missão, basta ter vontade política.

Horta, 9 de Julho de 2014